
REVISTA TAKA'A

Experiências de implementação de bibliotecas indígenas no Maranhão por meio de projetos de extensão do IFMA Campus Barra do Corda

EXPERIENCES IN IMPLEMENTING INDIGENOUS LIBRARIES IN MARANHÃO THROUGH EXTENSION PROJECTS AT IFMA CAMPUS BARRA DO CORDA

Luiz Felipe Sousa Curvo
doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e
bibliotecário-documentalista da Universidade Federal do Rio Grande.

E-mail: luiz.curvo88@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0476-5663>

Maria Luíza Lucas dos Santos
doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: marialuiza1992s@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5770-7646>

RESUMO

Este artigo analisa duas experiências de projetos de extensão bibliotecária em comunidades indígenas no Maranhão, realizadas com o apoio do IFMA Campus Barra do Corda: a Biblioteca Escolar Guajajara e a Biblioteca Ramkokamekrá-Canela. Partindo de uma discussão teórica sobre o papel das bibliotecas enquanto aparelhos culturais e sua indigenização, o texto destaca a importância de integrar esses espaços às dinâmicas culturais, educacionais e informacionais das comunidades, contribuindo para a gestão da memória social, valorização das tradições e fortalecimento da autonomia indígena. Na Aldeia Três Irmãos, a Biblioteca Escolar Guajajara foi concebida como um projeto escolar, estruturada para atender às necessidades educacionais da comunidade. Já a Biblioteca Canela, na Aldeia Escalvado, surgiu como uma demanda comunitária e foi desenvolvida em diálogo com lideranças indígenas, resultando em uma gestão comunitária integrada ao contexto local. Esse processo também motivou a criação da Associação Cultural Indígena Canela e o planejamento de um museu indígena. As experiências evidenciam que projetos de bibliotecas em contextos indígenas demandam planejamento voltado à sustentabilidade e à continuidade, considerando os interesses comunitários. O compartilhamento dessas vivências enriquece a literatura científica e oferece subsídios práticos e teóricos para a reflexão e implementação de bibliotecas interculturais.

Palavras-chave: Biblioteca indígena. Educação escolar indígena. Extensão. Povo Guajajara. Povo Ramkokamekrá-Canela.

ABSTRACT

This article analyzes two experiences of library extension projects in indigenous communities in Maranhão, carried out with the support of IFMA Campus Barra do Corda: the Guajajara School Library and the Ramkokamekrá-Canela Library. Drawing on a theoretical discussion about the role of libraries as cultural apparatus and their indigenization, the text highlights the importance of integrating these spaces into the cultural, educational, and informational dynamics of the communities, contributing to the management of social memory, the valorization of traditions, and the strengthening of indigenous autonomy. In the Três Irmãos Village, the Guajajara School Library was conceived as a school project, structured to meet the educational needs of the community. The Canela Library, in the Escalvado Village, emerged as a community demand and was developed in dialogue with indigenous leadership, resulting in community management integrated into the local context. This process also led to the creation of the Canela Indigenous Cultural Association and the planning of an indigenous museum. The experiences highlight that library projects in indigenous contexts require planning focused on sustainability and continuity, considering community interests. Sharing these experiences enriches the scientific literature and provides practical and theoretical insights for the reflection and implementation of intercultural libraries.

Keywords: Indigenous library. Indigenous school education. Extension. Guajajara people. Ramkokamekrá-Canela people.

Bibliotecas indígenas? Uma introdução ao debate

Para refletir sobre as denominadas bibliotecas indígenas, devemos primeiro atentar à questão conceitual inerente, que inquiria se existiriam, de fato, bibliotecas indígenas, assim compreendidas a partir de uma indigenização da noção de biblioteca. Civallero (2019) destaca a ausência de um marco teórico na Biblioteconomia para tratar dessa questão, embora esteja em voga nas discussões internacionais a ideia de serviços bibliotecários e informacionais voltados para povos indígenas, visando orientar bibliotecas, em suas diversas tipologias, no atendimento às demandas específicas desses povos. No entanto, o conceito de biblioteca indígena jamais foi abandonado, como exemplifica Canosa (2015, p. 1), que nos oferece um entendimento detalhado e operacional:

La biblioteca indígena es una unidad de información inserta en una comunidad cuyo objeto de estudio es el conocimiento oral propiciado por la familia indígena, mediante un proceso de construcción social que incluye el tratamiento de la lengua materna, la oralidad y la memoria, con participación del bibliotecario, la comunidad, la escuela local y en lo posible apoyo interdisciplinario de organizaciones indigenistas.

Essa não é uma questão a ser facilmente superada, nela está marcada a divisão que caracteriza o indígena como o “outro” ontológico, estando a biblioteca enquanto abstração conceitual, vinculada à cultura ocidental dominante em todo seu viés de preconceito racial, classista, patriarcal e letrado. A biblioteca representaria um espaço colonizador, de perpetuação de desigualdades e hierarquias epistêmicas. Também a Biblioteconomia partiria de conceitos, categorias, metodologias e técnicas eurocêtricas, como é o caso dos sistemas classificatórios e das normas padrões de catalogação e indexação, tendo na representação da informação também uma forma de exotização da diversidade cultural humana. Seria essa uma característica essencial, ou seria possível pensar em uma apropriação e tradução da biblioteca indigenizada pelos povos originários, considerando seus diversos anseios, tão numerosos quanto a quantidade de povos artificialmente reunidos pela categoria “indígena”?

Serviços bibliotecários em comunidades indígenas têm se desenvolvido na América Latina, ao menos desde os anos 1980, em pequenas experiências que permanecem pouco teorizadas e debatidas (Civallero, 2019). A partir dessas experiências, podemos defender que a biblioteca pode, sim, se tornar um importante instrumento para, entre outras questões, atuar na continuidade de tradições e sistemas de referência, a partir de uma perspectiva de resistência cultural. Essa atuação também é relevante para a organização comunitária e a defesa de direitos, aspectos que caracterizam a situação de muitos povos originários do continente americano neste estágio do capitalismo, seja no contexto da vida nas aldeias ou em áreas urbanas. A partir de objetivos bem definidos, organização e responsabilidade social, “cualquier biblioteca puede convertirse en un sostén al que aquellas personas en situación de vulnerabilidad – económica, social, cultural y política – pudieran asirse” (Civallero, 2019, p. 225). Assim, a biblioteca pode ser um espaço de recuperação e salvaguarda de memórias, gestão de conhecimentos tradicionais, modernos e interculturais, além de um espaço de debates e construção de conhecimentos que podem fortalecer a identidade étnica.

Conjecturar sobre as bibliotecas indígenas exige, também, uma compreensão que vá além do paradigma bibliotecário relacionado à escrita, atentando não apenas para a diversidade de formas informacionais, mas também para seu caráter interdisciplinar, no qual o conhecimento produzido em outras áreas pode contribuir para amadurecer uma proposta teórico-metodológica mais robusta. É o caso da Museologia Social, em que muito se escreve não apenas em termos como 'museus indígenas', mas também, de forma mais ampla que a Biblioteconomia, a partir de categorias como 'Etnomuseologia', utilizada por Shepard Jr. et al.

(2017) ao tratar da cosmovisão dos povos Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa e da agência de seus objetos presentes no acervo do Museu Emilio Goeldi, ou ainda 'Museologia indígena', termo que Gomes e Santos (2022) empregam para abordar a experiência do Museu do Povo Kanindé.

Assim como a Museologia Social tem explorado formas de indigenização no contexto dos museus, é possível pensar em bibliotecas que incorporem epistemologias e práticas culturais próprias das comunidades indígenas, promovendo o protagonismo dessas populações na gestão e uso desses espaços. Para a pesquisadora Roca (2015, p. 145) esta indigenização pode ser entendida a partir de graus de autonomia e protagonismo dos povos indígenas, afirmando que “Nas mãos dos indígenas, o uso dos seus acervos põe em funcionamento o potencial crítico dessas coleções, contestando as histórias e as historiografias coloniais, indigenizando o conhecimento e realizando demarcações de natureza política”.

A relação com a escola também é fundamental, não apenas para abordar as experiências relatadas neste artigo, mas também como forma de fundamentação teórica na qual se inserem perspectivas como a da educação intercultural, que influenciou diversas experiências de bibliotecas indígenas. Para Fleuri (2003, p. 22) a interculturalidade é uma perspectiva epistemológica que compreende o hibridismo e ambivalência que constituem as identidades nestas relações interculturais, se tratando, portanto, de um objeto de estudo complexo, interdisciplinar e transversal, que inclui a elaboração de significados nas relações intergrupais e intersubjetivas. Dessa forma, os processos educativos se entrelaçam com as construções identitárias, baseando-se na autonomia e na consciência crítica em relação a outros sujeitos, transformando o contexto significativo e permitindo a criação de novos sentidos.

A partir do exposto, podemos adentrar na descrição e nos objetivos alcançados pelos projetos de extensão 'Biblioteca Escolar Guajajara' e 'Biblioteca Comunitária Ramkokamekrá-Canela', executados, respectivamente, nos anos de 2021 e 2022, e revisitados em 2024, passando, antes, pela contextualização da importância do IFMA Campus Barra do Corda para a região do centro maranhense e sua atuação em relação à questão indígena.

O IFMA Campus Barra do Corda e a questão indígena

Com uma população de aproximadamente 85 mil habitantes, o município de Barra do Corda possui uma área de 7.962,428 km² e é rodeado por terras indígenas que abrangem

diversas etnias. O centro maranhense onde se localiza a cidade de Barra do Corda se trata de espaço geográfico ocupado tradicionalmente por diversos povos sendo a região com maior população indígena do Maranhão, considerando, além de Barra do Corda, os municípios de Jenipapo dos Vieiras, Amarante, Grajaú, Arame e Fernando Falcão, que reunidos, compreendem cerca de 60% do total de indígenas do Estado, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010). Para os fins deste trabalho, destacam-se o povo Tentehara-Guajajara, da Terra Indígena Cana Brava, pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani, e o povo Timbira Oriental Ramkokamekrá-Canela, da Terra Indígena Kanela, vinculado ao tronco linguístico Macro-Jê.

Após estudos que sustentaram a necessidade de expansão do IFMA para essa região, em 21 de setembro de 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus Barra do Corda, recebeu sua autorização de funcionamento, como resultado do III Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) do Ministério da Educação, promovido pelo governo do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (IFMA, 2015).

O IFMA é uma instituição pública e gratuita, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades e níveis de ensino, de forma presencial e a distância. Seu modelo pluricurricular e multicampi permite conjugar conhecimentos humanos, técnicos e tecnológicos. Com natureza jurídica de autarquia, o IFMA possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, conforme a Lei nº 11.892/2008, que institui a RFEPCT e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entre suas principais finalidades estão a oferta de educação profissional e tecnológica, o estímulo ao desenvolvimento de programas de extensão e a promoção da divulgação científica e tecnológica (IFMA, 2019).

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional IFMA 2019-2023, os pressupostos filosófico-antropológicos e sociais que norteiam a instituição giram em torno das três esferas constitutivas da existência humana: “a esfera da prática social, da prática produtiva e da prática simbolizadora, que serão explicitadas por meio das concepções de trabalho, de sociedade e de cultura” (IFMA, 2019, p. 6). Parte-se da compreensão do ser humano em sua integralidade, como um sujeito histórico inserido em um processo contínuo de transformação que transcende limites de tempo e espaço. Este ser humano é visto como agente crítico, reflexivo e construtor

de sua própria história e cultura. Assim, é concebido em sua pluridimensionalidade, abrangendo as dimensões filosófica, histórica, biológica, econômica, ecológica, política, emocional, cultural e social, além de estar aberto à experiência do transcendente (IFMA, 2019). Nesse sentido afirma o texto:

O ser humano que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão quer formar é aquele capaz de fazer análise crítica da realidade, um ser humano transformador do coletivo, capaz de modificar a relação com sua realidade a partir da sua problematização e do rompimento de suas estruturas, buscando soluções para os possíveis conflitos e questionamentos, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, democrática, cidadã e ética, fundamentada nos princípios do diálogo, que deve ser estabelecido com os iguais e com os diferentes (IFMA, 2019, p.7).

Em consonância com essa realidade, de acordo com Everton (2019), a partir do início das atividades do Campus Barra do Corda, um número expressivo de ações foi direcionado aos povos indígenas, entre as quais se contabilizam diversas reuniões com suas lideranças para compreender suas demandas, o que resultou na oferta de diversos cursos de curta e média duração voltados às comunidades indígenas. Como resultado dessas interações, pode-se citar a promoção de uma especialização lato sensu em Educação Escolar Indígena, ocorrida entre 2019 e 2020, e o planejamento para a implementação de uma licenciatura em Educação Intercultural, ainda não estabelecida até o ano de 2024.

Desde 2010 o Campus conta também com um atuante Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indio-descendentes (Neabi), que possui como função auxiliar o direcionamento de estudos, pesquisas e ações de extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais. O Neabi oferta de forma regular diversos seminários, minicursos, palestras, rodas de conversa etc. que colocam em perspectiva a temática indígena dentro da educação técnico-profissional, buscando não apenas contribuir para o acesso e permanência de indígenas na instituição mas promover melhorias nas relações entre indígenas e não-indígenas na região (Everton, 2019).

Considerando o exposto sobre o papel educacional que a instituição exerce, Maia (2019, p. 65), pesquisador vinculado ao Campus Barra do Corda, problematiza as ações realizadas a partir da ambiguidade presente no estado nacional envolvente que continua negando aos indígenas o pleno acesso aos seus direitos previstos nos termos constitucionais:

Diante de uma conjuntura nacional em que as pautas sociais estão cada vez mais sob o jugo de um economicismo orientado progressivamente por uma matriz neoliberal, as ações do IFMA Barra do Corda são um campo relevante de observação das tensões,

conciliações e os mais diversos tipos de relações entre Estado e sociedade e como isso se projeta sobre minorias nacionais.

Assim, ao longo de mais de uma década de atuação, o Campus recebeu diversos estudantes indígenas Guajajaras e Canelas, que contribuíram significativamente com a comunidade escolar a partir de seus conhecimentos e tradições, o que resultou na realização de diversos projetos de pesquisa e extensão, como os que serão apresentados a seguir. Quanto aos projetos de extensão desenvolvidos no Campus, sobre as mais variadas temáticas, dados disponibilizados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), indicam que, desde 2016, ano de início da alimentação dos dados no sistema, até o fim de novembro de 2024, foram concluídos 133 projetos, estando em execução outros 21, totalizando 154 projetos no período.

O projeto de extensão Biblioteca Escolar Guajajara

A relação dos povos indígenas brasileiros com a escolarização é antiga e remonta ao período colonial. Para Zoia (2010) a história oficial impôs aos indígenas a negação de sua língua e de suas tradições, destituindo-os de suas formas culturais para fins de assimilação dos valores religiosos e morais dos colonizadores europeus e seus interesses econômicos, de modo que, no contexto colonial, a escola foi utilizada como um instrumento a serviço da subjugação dos povos indígenas.

Desta forma, a educação escolar para o indígena possui o viés histórico de um espaço de evangelização e apagamento de suas heranças ancestrais, mas a concepção de uma educação escolar feita não para, mas com o indígena, a partir de suas demandas e estratégias de reprodução de sua cultura, possui, para Zoia (2010), a potencialidade de se tornar um espaço propício para a valorização das manifestações culturais indígenas em toda sua dinâmica. "A educação que foi utilizada para destruir, também pode se tornar o principal instrumento de inclusão, respeito ao pluralismo cultural [...]" (Zoia, 2010, p.70). Assim, na resistência ao processo de assimilação, a escola pode se tornar tanto um referencial de autonomia, quanto uma esperança na conquista definitiva de direitos frente ao estado como o direito à terra e à cultura.

Considerando este novo papel das escolas junto às comunidades indígenas, emerge a necessidade de se pensar a biblioteca escolar nas escolas indígenas. Para Cunha e Cavalcanti (2008) a biblioteca se trata de uma coleção de materiais de informação, ordenada com o propósito de atender necessidades de informação, estudo, pesquisa e recreação de seus usuários

e a biblioteca escolar é uma biblioteca ligada a um estabelecimento de caráter escolar cujo acervo deve constituir recursos pedagógicos destinado para o uso de toda a comunidade escolar. Percebe-se, nessa definição de biblioteca proposta pelos autores, uma abordagem conceitual que pouco explora o potencial humano de compartilhar e construir conhecimentos. Trata-se de uma perspectiva focada mais na disponibilização de materiais informacionais do que nos sujeitos envolvidos no processo educacional, perspectiva que também se reflete na legislação em vigor para bibliotecas escolares, a qual se baseia em métricas objetivas. Esforços de universalização das bibliotecas no âmbito escolar levaram à criação da Lei 12.244/2010, cuja definição de biblioteca escolar foi alterada pela Lei 14.837/2024, que também cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Partiremos, no entanto, do texto original que serviu de referência ao projeto Biblioteca Escolar Guajajara. Consta nos artigos da Lei 12.244/2010 que as instituições de ensino públicas e privadas devem contar com bibliotecas escolares, as quais são definidas como coleções de livros, materiais videográficos e documentos de informação registrados em qualquer suporte e disponíveis para consulta. Em termos quantitativos estabelecidos, as bibliotecas escolares devem possuir acervo mínimo de acordo com o número de matrículas (um título por matrícula), devem dispor de orientações sobre guarda, preservação, organização e funcionamento, e ter em seu quadro um profissional bibliotecário, conforme a regulamentação da profissão (Brasil, 2010; Brasil, 2024).

Mesmo amparadas por instrumento legal, as bibliotecas escolares são aparelhos culturais ainda pouco apropriados pelas escolas brasileiras. Quando se fala na educação escolar indígena, a presença de uma biblioteca bem estabelecida se torna ainda mais rara. Inseridas nas práticas de formação de leitores e divulgação científico-cultural, as bibliotecas nas escolas possuem um lugar periférico dentro do sistema educacional brasileiro em geral.

Dessa forma, com o objetivo de levantar dados sobre a situação das bibliotecas em escolas indígenas entre os Tentehara-Gujajara de Barra do Corda-MA, e dentro do contexto de políticas e ações do IFMA Campus Barra do Corda junto aos povos indígenas da região, foi realizada entre 2020 e 2021 a pesquisa 'Avaliação de bibliotecas de escolas indígenas de Barra do Corda-MA quanto aos parâmetros da Lei 12.244/2010', vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na modalidade Ensino Médio, e que teve como bolsista a estudante indígena Cleciane Faustino Vituriano Guajajara, que apresentou seus resultados no Seminário de Iniciação Científica do IFMA em 2021.

Os Guajajaras são descendentes da cultura Tupi-Guarani e, segundo sua espiritualidade, manifesta no Mito de Maíra, são filhos dos primeiros homens, entidades meio animais, meio humanas. De acordo com Ubbiali (2005), Guajajaras e colonizadores se encontraram pela primeira vez provavelmente em 1612, quando franceses relataram ter encontrado um povo ao descer o Rio Pindaré. Já os portugueses os contataram a partir de uma expedição escravista ocorrida em 1616, explorando também as pedras preciosas no curso do rio. Os Guajajaras são um dos maiores grupos indígenas do Brasil, com uma estimativa de mais de 24 mil pessoas, divididas em 11 terras indígenas no sertão maranhense, majoritariamente nas cidades de Barra do Corda, Grajaú e Amarante (Barboza, 2015).

Assim, tendo como base a Lei 12.244/2010 e o apoio institucional do IFMA Campus Barra do Corda, foram pesquisados dados de quatro escolas: 1) Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Silvano Pereira da Silva, Aldeia Colônia, Povoado Cateté; 2) Centro de Educação Escolar Indígena Silvano Pereira Neto, Aldeia Altamira, Povoado Arrancar; 3) Centro de Educação Escolar Indígena Ireño Rosa, Aldeia Três Irmãos, Povoado Cateté; e 4) Unidade Integrada de Educação Escolar Indígena Antônio Viriato Guajajara, também na Aldeia Três Irmãos, Povoado Cateté. Nenhuma das quatro escolas possuía uma biblioteca conforme os critérios estabelecidos pela lei. Não havia, nas escolas, um espaço destinado a uma coleção de materiais informacionais, tampouco um funcionário específico para essa função, bibliotecário ou não. Como consequência, também não possuíam um documento orientador com normas para a biblioteca.

Cada uma das escolas apresentou uma situação distinta quanto à coleção atual de livros e ao potencial de criação de uma biblioteca. A escola Silvano Pereira Neto, da Aldeia Altamira, foi a que apresentou a pior situação, onde era possível verificar, em um depósito, livros didáticos em processo adiantado de degradação, além de estarem infestados por morcegos. A escola Silvano Pereira da Silva, da Aldeia Colônia, possuía uma maior organização interna, e os professores guardavam livros didáticos e alguns livros literários na secretaria da instituição. Situação similar se encontrava nas escolas Antônio Viriato Guajajara e Ireño Rosa, da Aldeia Três Irmãos, que possuíam alguns livros didáticos. Vale ressaltar que os livros didáticos, em suas políticas de uso, não constituem acervo de biblioteca escolar.

A partir desses resultados preocupantes, mas não surpreendentes, obtidos na pesquisa realizada em escolas indígenas Guajajaras, foi idealizado, em 2021, o projeto de extensão

Biblioteca Escolar Guajajara, com o objetivo de promover o início de uma biblioteca escolar. Essa biblioteca seria, a princípio, constituída na escola Antônio Viriato Guajajara, que dispõe de um espaço físico onde se poderia conceber uma biblioteca. Porém, a partir dos diálogos firmados com docentes da escola Ireno Rosa (ambas as escolas localizadas na Aldeia Três Irmãos), optou-se por realizar o projeto junto a este último, por conta de uma maior organização da escola. Ainda assim, paralelamente, doações de materiais bibliográficos sem processamento técnico também foram direcionadas para a escola Antônio Viriato Guajajara.

Para a execução do projeto, utilizou-se o espaço físico da Biblioteca Maranhão Sobrinho, do IFMA Campus Barra do Corda, para realizar o processamento técnico do material, que foi coletado entre títulos sobressalentes da própria Biblioteca Maranhão Sobrinho e doações provenientes de outras fontes. Juntaram-se à equipe a agora estudante voluntária Cleiciane Faustino Vituriano Guajajara e o também estudante voluntário Rian Pereira Cajado. Para o transporte dos materiais até a aldeia, foi utilizado um carro do IFMA.

Definindo o processamento técnico como o processo de ordenamento ou organização do acervo, que consiste no conjunto de atividades às quais os materiais de informação são submetidos antes de estarem prontos para integrar o acervo e servir ao uso (Cunha; Cavalcanti, 2008), este foi realizado de maneira simplificada, o que pode ser traduzido pelo uso dos campos do formato MARC (machine-readable cataloging): 100, 245, 250, 260, 650 e 700, que são entradas de metadados, respectivamente, para autor principal, título e subtítulo (sem indicação de responsabilidade), número da edição, dados de publicação (local, editora e ano), uso de um ou dois termos de indexação adaptados do Vocabulário Controlado da USP e autor(es) secundário(s). O software utilizado foi o freeware Biblivre 5.0.5, que, em suas opções de personalização, permitia que aparecessem apenas os campos de catalogação que estavam sendo utilizados, o que facilitava a apropriação da ferramenta pelos estudantes, tornando o processo mais intuitivo.

Figura 1 - Materiais bibliográficos catalogados entregues na escola Ireno Rosa, Aldeia Três Irmãos



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura 2 – Cleiciane Guajajara à esquerda e materiais bibliográficos entregues na escola Antônio Viriato Guajajara, Aldeia Três Irmãos



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Assim, centenas de livros sobre assuntos diversos foram entregues aos cuidados dos docentes da escola indígena Ireno Rosa, juntamente com um computador desktop doado pelo IFMA, com o sistema Biblivre instalado e os registros catalográficos atualizados, além de um

manual de processamento técnico, conforme o estabelecido. Não conseguimos informações atualizadas sobre o uso destes materiais.

O projeto de extensão: Biblioteca Ramkokamekrá-Canela

“Aldeia Escalvado ganha biblioteca”, assim anunciou o portal de notícias Turma da Barra (2022) sobre a ação extensionista concluída em 19 de maio de 2022. Na notícia, são destacados o papel do IFMA Campus Barra do Corda, seus profissionais bibliotecários responsáveis pela coordenação do projeto, a Editora Monstro dos Mares, que enviou materiais, e o jornalista e poeta Jorge Abreu, que doou exemplares de seus livros publicados, além de noticiar a ação. Continua a publicação:

“A ideia é criar, também, um museu já que o professor Oziel é um pesquisador dos objetos culturais”, informou Luiz Felipe Curvo. “Estou muito feliz com a biblioteca”, declarou Oziel Irongukré Canela, que é formado em Licenciatura Intercultural pela Universidade Federal de Goiás, na área de Ciências da Cultura, e tem mestrado em Antropologia Social”.

O projeto Biblioteca Ramkokamekrá-Canela contou com a participação, além dos autores desse artigo, dos estudantes indígenas Edmar Cohcanar Canela, Glaucio Júnior Prytô Canela e Jaime Canôj Canela, do estudante Robert Telbaldo Ribeiro Galvão e dos servidores Gustavo Soares Ribeiro e José Nildo Ferreira Pinheiro, funcionários da Biblioteca Maranhão Sobrinho. Consta na justificativa do projeto submetido:

Considerando a realidade social de ausência de aparelhos culturais e gestores da memória como são categorizados bibliotecas e museus, faz-se mister a realização de projetos de cunho extensionista que possam articular o conhecimento científico das instituições de ensino como o IFMA Campus Barra do Corda com as demandas sociais regionais. A partir de demandas interculturais que se originam por meio de lugares de estranhamento em um mundo ainda marcado pela colonialidade, as bibliotecas podem representar uma importante ferramenta de valorização e vivência de modos culturais alinhados a essas demandas interculturais. (Curvo; Ribeiro; Santos, 2022).

A metodologia deste projeto é muito similar à adotada no projeto Biblioteca Escolar Guajajara: capacitar os estudantes para o manejo simplificado do sistema Biblivre, utilizando o espaço da Biblioteca do IFMA Campus Barra do Corda para a realização do processamento técnico de livros arrecadados (num total de 712 exemplares), que foram posteriormente transportados para a Aldeia Escalvado, formando a Biblioteca Ramkokamekrá-Canela e alcançando, assim, resultados mais satisfatórios, considerando o engajamento e envolvimento

da comunidade. Este projeto de extensão se fundamenta não apenas na experiência acumulada por seus proponentes, mas principalmente em uma demanda expressa por Edmar Cohcanar Canela, ao afirmar que gostaria que sua aldeia tivesse uma biblioteca.

Desta forma, deu-se início ao projeto Biblioteca Ramkokamekrá-Canela, ou Biblioteca Canela, como a chamam os membros da Aldeia Escalvado. Os Canelas são grupos timbiras orientais, conforme designação de Curt Nimuendajú (1946), falantes da língua Jê, entre os quais estão os aproximadamente 2 mil Ramkokamekrá-Canela da Terra Indígena Kanela, vizinhos dos Apanyekrá-Canela da Terra Indígena Porquinhos (IBGE, 2010). Assim, a Biblioteca Canela é uma biblioteca de caráter comunitário que, segundo Cunha e Cavalcanti (2008), se caracteriza por ser aberta à comunidade e gerida por ela. A demanda por uma biblioteca não se constituiu de maneira isolada, mas dentro de um contexto em que, a partir da adoção do modelo de sorteio público para ingresso de estudantes, devido às limitações orçamentárias, o IFMA Campus Barra do Corda recebeu muitos estudantes indígenas Canelas, que passaram a frequentar a Biblioteca Maranhão Sobrinho, um espaço de acolhimento e permanência para eles.

Como na experiência descrita anteriormente, esta também tem em seus precedentes a realização de outro projeto, o projeto de extensão “Monitoria de reforço em informática básica e letramento informacional para estudantes da etnia Canela”, com participação do Técnico em Informática André Brasil da Silva e da estudante Ana Beatriz do Nascimento Chaves, além dos funcionários da Biblioteca Maranhão Sobrinho onde se realizava o projeto. Uma biblioteca de qualidade, organizada, com um bom acervo de livros, revistas, filmes, computadores de livre acesso, jogos de tabuleiro, dinâmicas de ação cultural e letramento informacional, não fazia parte do convívio dos estudantes Canelas, mesmo para aqueles egressos de escolas urbanas. Nesse cenário, os estudantes Canelas, de forma geral, demonstraram muito interesse pelo aparelho cultural biblioteca.

Foi durante uma visita institucional do IFMA à Aldeia Escalvado que Edmar Canela nos aproximou de Oziel Irongukré Canela, antropólogo indígena e professor da escola intercultural, que vislumbrava a possibilidade de conceber um museu na Aldeia, especialmente após a escrita de sua dissertação “Os valores culturais Memörtumre-Kanela por meio de objetos sagrados e enfeites rituais” (2021), na qual descreve as agências e ancestralidades invocadas por objetos como o maracá.

Oziel Canela logo se interessou pelo projeto da Biblioteca Canela, convidando um dos autores deste texto, Luiz Felipe Sousa Curvo, para ser adotado por ele e integrar seu círculo familiar e as relações sociais dos Ramkokamekrá-Canela, recebendo o nome de Cômpej (água bonita ou limpa). Segundo Nascimento (2018), a adoção é uma prática presente nos grupos jê-timbiras, uma forma de internalizar as diferenças do exterior a partir de uma lógica própria, criando novos vínculos e alianças.

Não cabe neste texto detalhar o processo de adoção em si, mas destacar como, a partir dele, pudemos nos aproximar da comunidade e obter a permissão e apoio do Pròkam, o conselho de anciãos, não apenas para instalar a nova biblioteca, mas também para trabalhar na concepção de um museu, o que levou à criação da Associação Cultural Indígena Canela e à promoção de projetos como o da revitalização da 'Festa das Máscaras', selecionado no edital nº 16/2024 'Ancestralidade Viva' do Ministério dos Povos Indígenas (Brasil, 2024), para execução entre 2024 e 2025 — uma festa já há muitas décadas não praticada na comunidade, mas presente na memória dos mais velhos.

Figura 3 – Oziel Irongukré Canela e a Biblioteca Ramkokamekrá-Canela



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 4 – Instalação da Biblioteca



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Desta forma, por intermédio de Oziel Canela, que se tornou o cuidador e responsável pela Biblioteca Canela, a comunidade cedeu o uso de um espaço físico para a biblioteca, formada a partir de doações de muitos livros (já catalogados e etiquetados), estantes, mesas, cadeiras, computador e impressora, para iniciar suas atividades. O espaço, pensado de forma provisória, pertence à Prefeitura de Fernando Falcão, que o construiu para abrigar uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que jamais foi estabelecida. Ainda assim, a Prefeitura custeia o fornecimento de água, eletricidade, internet, além de serviços de limpeza e vigilância.

O papel de Oziel Canela e dos estudantes Canelas do IFMA Campus Barra do Corda, muitos deles professores na Aldeia, foi fundamental para que a Biblioteca Canela não se convertesse apenas em um depósito de materiais alheios ao interesse da comunidade. A partir deles, logo se estabeleceu uma estreita relação da Biblioteca Canela com a educação escolar indígena, passando a receber muitas turmas, inclusive de crianças, embora a maior parte de seu acervo não seja destinada ao público infantil. No entanto, a história da Biblioteca Canela, desde seu início em 2022, nem sempre foi tão linear, com o espaço pertencente à Prefeitura, por vezes, trancado e sem acesso para a comunidade.

Em 2024, duas importantes questões para a comunidade Ramkokamekrá-Canela e para a Biblioteca Canela se sucederam. A primeira refere-se à formação de uma coleção de objetos e fotografias¹, a partir da ideia ainda em desenvolvimento de se estabelecer na Aldeia Escalvado um museu indígena ligado à Associação Cultural Indígena Canela, um anseio de Oziel Canela relacionado à sua preocupação com a memória social, a educação dos jovens e a permanência

¹ **Coleção de objetos e fotografias. Museu da Associação Cultural Indígena Canela - Aldeia Escalvado, Fernando Falcão-MA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uTXg7orA_4I.**

de objetos cerimoniais na Aldeia Escalvado. A segunda está relacionada à inauguração do Centro de Educação Escolar Indígena Raimundo Roberto Kapêrtyc Canela, entregue em 19 de abril de 2024, tratando-se da maior escola indígena do Maranhão (Maranhão, 2024), uma escola muito bem estruturada e com um espaço adequado para uma biblioteca, mas ainda sem os investimentos necessários para constituir uma biblioteca de qualidade.

Atualmente, as lideranças comunitárias e os professores indígenas planejam que o acervo bibliográfico, os equipamentos e os mobiliários da Biblioteca Canela sejam transferidos e integrem a biblioteca da nova escola estadual. Além disso, a Associação Cultural Indígena Canela, criada a partir do movimento que tinha como objetivo obter recursos para a Biblioteca e o Museu Canela, continuará suas atividades a partir do desmembramento do acervo bibliográfico, do acervo de objetos e fotografias, buscando atuar em diversas áreas de interesse da comunidade, como cultura, educação, comunicação, esporte, saúde, agricultura, território, etc.

Figura 5 – Crianças na Biblioteca Ramkokamekrá-Canela



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Conclusão

Entendemos que a biblioteca, enquanto conceito, se trata de um todo que supera a soma de suas partes, um todo que só toma significado real a partir dos sujeitos que o constituem.

Assim, os projetos de extensão Biblioteca Escolar Guajajara e Biblioteca Ramkokamekrá-Canela representam manifestações não apenas do engajamento das ciências sociais com os direitos culturais, educacionais e informacionais indígenas, mas também das demandas e anseios interculturais de muitas dessas comunidades, que têm encontrado na biblioteca, no museu e na escola formas de preservar sua memória social, de lembrar as histórias de seus antepassados, de valorizar suas tradições (ainda que ressignificadas), de ensinar suas crianças e de lutar por seus direitos e autonomia. Tudo isso constitui a biblioteca enquanto um aparelho cultural, e, desta forma, Butler (1971, p. ix), em sua obra *“Introdução à Biblioteconomia”*, esboça uma perspectiva de cultura na qual podemos justificar a biblioteca: “A cultura tem que transcender o indivíduo, pois constitui-se essencialmente de um acúmulo social de experiência através do qual os membros de cada geração possuem [...] tudo que seus predecessores já aprenderam”.

Em ambas as experiências, as bibliotecas foram absorvidas pelo sistema educacional formal: no primeiro caso, uma biblioteca já concebida como escolar; no segundo caso, uma biblioteca concebida como comunitária antes de ser integrada à escola intercultural. No entanto, são ainda mais evidentes as diferenças qualitativas e subjetivas entre ambas, especialmente no que se refere à relação com os indígenas. A primeira biblioteca é resultado de um projeto concebido sem um diálogo prévio com a comunidade da Aldeia Três Irmãos, embora tenha partido de uma pesquisa de campo planejada por um bibliotecário e desenvolvida por uma estudante da etnia Guajajara. Os materiais foram entregues aos cuidados de docentes não indígenas, sem vínculos comunitários efetivos. Já a segunda biblioteca nasce de uma proposta de um membro da Aldeia Escalvado, ganhando, a partir do diálogo entre bibliotecários e comunidade, o apoio e a gestão de suas lideranças e professores indígenas, além de abrir portas para a criação da Associação e de seu Museu. Outra questão que parece ter contribuído para o projeto da Biblioteca Canela é a maior coesão social da comunidade da Terra Indígena Kanela. No caso dos Guajajaras da Terra Indígena Cana Brava, há um número muito maior de aldeias, o que impede que se fale em termos de uma aldeia central.

Diante desse cenário, percebemos a necessidade de um amplo diálogo com a comunidade, sendo ideal que a biblioteca seja uma demanda expressa por seus membros. Também é essencial pensar em termos de continuidade e sustentabilidade das bibliotecas a longo prazo, para evitar que se tornem espaços que meramente depositam materiais ou que sejam logo abandonadas. A possibilidade de redes de apoio entre comunidades indígenas com

projetos similares e de profissionais não indígenas de diversas áreas também pode ser frutífera para essa continuidade, por meio do compartilhamento de informações que permitam acesso a recursos e discutam problemas e desafios comuns, os quais podem, inclusive, reverberar na constituição de políticas públicas a partir do movimento social indígena, contribuindo assim para o engajamento da comunidade. Em síntese, este texto apresenta os projetos de extensão de bibliotecas implementadas em comunidades indígenas Guajajara e Ramkokamekrá-Canela no centro maranhense, com o apoio institucional do IFMA Campus Barra do Corda. Seu objetivo é compartilhar situações particulares que possam servir para a reflexão prática e o tensionamento teórico sobre as chamadas bibliotecas indígenas, enriquecendo a literatura científica com experiências que podem ser comparadas.

Referências

BARBOZA, T. M. **Língua Guajajara**: um estudo dos fenômenos linguísticos induzidos pelo contato com o português. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2015. Disponível: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Abarboza-2015/Barboza_2015_Lingua_Guajajara_contato_portugues.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837/2024, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Confirma o resultado consolidado dos projetos habilitados para os editais do MPI**. Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/editais/confira-o-resultado-consolidado-dos-projetos-habilitados-para-os-editais-do-mpi>

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CANELA, Oziel Irongukré. **Os valores culturais Memörtumre-Kanela por meio de objetos sagrados e enfeites rituais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

CANOSA, Daniel. Bibliotecas indígenas. **El Orejiverde**. 2015. Disponível em: <http://www.elorejiverde.com/attachments/article/56/BibliotecasIndigenas.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

CIVALLERO, Edgardo. Bibliotecas y sociedades originarias en América Latina: ideas básicas y caminos a futuro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, p. 221-236, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/231>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVANCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURVO, Luiz Felipe Sousa; RIBEIRO, Gustavo Soares; SANTOS, Maria Luíza Lucas dos Santos. **Projeto de extensão Biblioteca Ramkokamekrá-Canela**. Barra do Corda: IFMA, 2022.

EVERTON, Carlos Eduardo Penha. Prefácio. In: EVERTON, Carlos Eduardo Penha; LOBO, Marinete Moura da Silva. (Orgs.). **Neabi em foco: temas indígenas. Diálogos interculturais no IFMA Campus Barra do Corda**. São Luís: Ed. IFMA, 2019. Disponível em: <https://editora.ifma.edu.br/index.php/edifma/catalog/view/73/75/323>

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23. 2003. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOMES, Alexandre Oliveira; SANTOS, Suzenilson da Silva. Cacique Sotero: narrativas da memória, consciência étnica e museologia indígena. **Observatório da diversidade cultural**, v. 97, n. 2, 2022. Acesso em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2022/11/BoletimV97N02Out2022_final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IFMA. **Projeto Pedagógico Institucional IFMA 2019-2023**. São Luís, 2019. Disponível em: <https://pedreiras.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/19/2023/05/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-PDI-do-IFMA-2019-2023.pdf/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

IFMA. Sistema Unificado de Administração Pública. **Dados sobre projetos de extensão do IFMA campus Barra do Corda**. 2024.

IFMA. **Sobre o Campus**. Barra do Corda, 2015. Disponível em: <https://barradocorda.ifma.edu.br/sobreocampus/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MAIA, Josué Felipe Silva. “Flechar os estigmas”: a educação pública no combate às desigualdades entre índios e não-índios em Barra do Corda. In: EVERTON, Carlos Eduardo Penha; LOBO, Marinete Moura da Silva. (Orgs.). **Neabi em foco: temas indígenas. Diálogos interculturais no IFMA Campus Barra do Corda**. São Luís: Ed. IFMA, 2019. Disponível

em: <https://editora.ifma.edu.br/index.php/edifma/catalog/view/73/75/323>. Acesso em: 9 dez. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Com entrega da escola em Fernando Falcão, governo do Estado amplia as ações de fortalecimento da educação indígena**. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/com-entrega-de-escola-em-fernando-falcao-governo-do-estado-amplia-as-acoes-de-fortalecimento-da-educacao-indigena/#:~:text=%E2%80%9CA%20partir%20de%20hoje%2C%2019,Fernando%20Falc%C3%A3o%2C%20do%20povo%20Canela>. Acesso em 10. dez. 2024.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Sousa. Ritual de nomeação de estrangeiros em sociedades Jê-Timbira: endonimismo, “preensão” e multiplicadores nas relações sociais. **ODEERE**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 83-103, 2018. DOI: 10.22481/odeere.v3i5.2719. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2719>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Eastern Timbira**. California: University of California Press, 1946.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 123-156, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PJzW9KdN6DHSj5YvGBJJKpt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SHEPARD JR, Glenn H.; GARCÉS, Claudia Leonor López; PASCALE, Robert de; CHAVES, Carlos Eduardo. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 12, n. 13, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000300006>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TURMA DA BARRA. Facebook. **Aldeia Escalvado ganha biblioteca**. Postagem de 21 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19aVffnRA6/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

UBBIALI, Carlo. **O deus nômade: o mundo espiritual dos Guajajaras**. São Luís: Fundação Carlo Ubbiali, 2005.

ZOIA, Alceu. A questão da educação indígena na legislação brasileira e a escola indígena. IN: GRANDO, Beleni Saléte; PASSOS, Luiz Augusto. (Orgs.). **O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

Histórico

Submetido: 02 de dezembro de 2024.

Aprovado: 17 de dezembro de 2024.

Publicado: 17 de dezembro de 2024.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.

